
Menstruação, natureza ou cultura

Daniela Tonelli Manica

...we need to understand science and technology with all its tensions and ambiguities (...) bodies and technologies are not unequivocally determined by nature.
(Oudshoorn 1999: 151)

Os conceitos de *natureza* e *cultura* e as relações, inclusive históricas, que revelam têm sido objectos de reflexão principalmente a partir do Iluminismo. Alguns autores dedicaram-se a criticar a dinâmica de construção desses conceitos em dicotomias, procurando perceber as distinções de género que foram apresentadas através desse processo e chamando atenção principalmente para os interesses ideológicos dessas construções.

Segundo Maurice e Jean Bloch, o Iluminismo foi o período em que a noção de oposição entre natureza e o estado de sociedade ou de educação ganhou uma grande proeminência (Bloch & Bloch 1980:27). Para os autores, as ideias que começaram a ser delineadas e defendidas no século XVIII são relevantes para entender os significados da conceituação de género nos processos ideológicos (idem, p.40).

Essas intenções ideológicas podiam ser percebidas em discursos como, por exemplo, o produzido em 1784 pelo médico Roussel, ao defender que a natureza já teria feito o suficiente para a mulher ao dotá-la da capacidade da maternidade. Seria, segundo ele, uma ofensa abrir mão dessa dádiva engajando-se em actividades intelectuais: estas deveriam ser deixadas para os homens.¹ A associação das mulheres com a maternidade biológica e processos corporais femininos *naturais* funcionaria, então, para justificar a subordinação feminina nas esferas política e intelectual.²

No entanto, segundo os Bloch, as oposições entre *natureza* e *cultura* não se constituíam (e não se constituem) em uma dicotomia fixa. Os sentidos de natural e cultural, desde então, sofriam deslizamentos contextuais, dependendo da intenção ideológica dos sujeitos que os enunciavam e do contexto de enunciação.

Levando em conta estas intenções e contextos, a proposta desta comunicação foi apresentar alguns dos resultados de uma pesquisa de mestrado³, que está a ser aprofundada actualmente em uma pesquisa de doutoramento, sobre a questão da supressão da menstruação por mulheres em período fértil – possível principalmente através da adopção de determinados contraceptivos hormonais. O recorte empírico a ser analisado compreende algumas falas de ginecologistas brasileiros sobre a menstruação e sua supressão, desencadeadas principalmente a partir do lançamento dos contraceptivos hormonais que permitem a supressão da menstruação no mercado farmacêutico brasileiro. Essas falas sobre contracepção e menstruação permitem-nos perceber como os conceitos de *natureza* e *cultura* são reapresentados através dos *novos* contraceptivos hormonais.⁴ Ao analisar os sentidos e usos desses conceitos, é possível entender

¹ Tradução livre: *Système physique et moral de la femme*, 1784 apud Bloch & Bloch, 1980:33.

² O trabalho de Fabíola Rohden sobre a constituição da ginecologia e obstetrícia como *ciências da diferença* (2001) também oferece numerosos exemplos dessas associações.

³ Manica (2003). Pesquisa desenvolvida no Programa de Mestrado em Antropologia Social da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), na cidade de Campinas (São Paulo) Brasil, sob a orientação da Profa. Dra. Suely Kofes.

⁴ Uso o conceito de *reapresentação* no sentido cunhado por Daniel de Coppet, isto é, não como uma representação sem a dimensão prática, mas incorporando a peculiaridade dada pelo contexto social em que as

como estes actuam tanto na construção de mitos e metáforas quanto na produção de mercadorias (os contraceptivos).

A *universalidade* dos sangramentos menstruais e a sua associação com a capacidade reprodutiva da mulher colaboraram na atribuição de um sentido de natural à menstruação. Sentido que, como veremos, continua sendo accionado em algumas das falas sobre a supressão da menstruação com os actuais contraceptivos hormonais.⁵

Uma das principais especificidades da ginecologia que começa a se constituir no século XX é que ela se desenvolve em conjunto com o campo da indústria farmacêutica hormonal. A capacidade de processamento e produção de hormônios em larga escala pelas indústrias farmacêuticas e a sua interacção com o campo médico possibilitaram que as discussões sobre o uso de hormônios adquirissem um grau de cientificidade, além de permitir que fossem introduzidos como produtos / medicamentos no mercado.

A produção desses medicamentos e, ao mesmo tempo, de conhecimento sobre os mecanismos bioquímicos da fertilidade feminina foi um tema estudado por Nelly Oudshoorn (1999) e representa um processo cada vez mais presente na sociedade contemporânea, em que são colocadas em questão as relações entre conhecimento, tecnologia e a dimensão do humano. Nesse processo, que pretendo explorar a partir de um recorte sobre os argumentos accionados por dois médicos brasileiros, conceitos como os de *natureza* e *cultura* têm sido reapresentados. A discussão sobre a possibilidade de determinados contraceptivos hormonais provocarem a supressão dos sangramentos mensais coloca esses conceitos em uma dinâmica interessante, que evidencia algumas das metáforas sobre o humano, o feminino e as intervenções contraceptivas, bem como as hierarquias de valor nelas presentes.

Um dos valores em questão é aquele dado ao domínio da natureza, quando pensada como algo em oposição à cultura ou civilização. Ao descrever os debates em torno do lançamento da pílula contraceptiva na década de 1960, Oudshoorn aponta a importância atribuída pelos sujeitos da época à esfera da natureza, e a sua associação ao corpo feminino. Seus idealizadores, preocupados com a supressão da menstruação resultante da ingestão contínua dos hormônios dos primeiros contraceptivos hormonais, resolveram dimensionar o regime de medicação para o modelo de 21 dias de pílula e sete dias de pausa ou placebo. Este regime, como aponta Oudshoorn, era também *modelado pelas objecções morais a quaisquer drogas que interferissem na menstruação*. Segundo ela, o próprio director do centro de pesquisa biológica fez questão de enfatizar para Pincus, um dos idealizadores da primeira pílula contraceptiva, que *ele não queria fazer parte do desenvolvimento de nenhum composto que pudesse interferir no ciclo menstrual* (Oudshoorn 1999:120-121).⁶

Assim, um dos possíveis motivos para a rejeição à ideia da supressão da menstruação através da contracepção hormonal seria o fato dessa alteração evidenciar uma intervenção, entendida como *artificial*, sobre o corpo feminino. Interferir na menstruação, classificada como um fenómeno *natural*, seria algo perigoso.

Para Elsimar Coutinho, médico brasileiro que tem defendido amplamente a supressão da menstruação, o que teria condicionado os laboratórios farmacêuticos a produzir pílulas anticoncepcionais o mais parecidas com o ciclo menstrual possível seria a ideia corrente (e equivocada) de que menstruar é natural e, portanto, benéfico. Com isso, defende Coutinho, os

relações sociais acontecem, tendo em vista as hierarquias de valor que são colocadas em jogo (De Coppet 1992).

⁵ Quanto à questão da universalidade como característica da natureza e da legitimidade do discurso científico, cabe apenas lembrar a crítica de Oudshoorn, ao dizer que as ciências são universais porque circulam e não o contrário (Oudshoorn 1999).

⁶ Tradução livre.

laboratórios buscavam a maior aderência das pacientes aos métodos propostos. Um método contraceptivo hormonal que provocasse a suspensão dos sangramentos menstruais seria questionado, então, em função dessa *conotação positiva* da menstruação. Coutinho diz ter enfrentado essa resistência aos contraceptivos que provocam a supressão da menstruação desde a década de 60, quando descobriu, na Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, no Brasil (onde actuava), a acção da *medroxiprogesterona* para a contracepção e a inibição da menstruação. Seu livro, *Menstruação, a Sangria Inútil* (1996), é uma resposta a essa associação da menstruação à natureza.⁷

Procurando desconstruir a conotação positiva da menstruação, classificando-a como precursora de várias doenças e defendendo que se trata de uma *sangria inútil*, Coutinho se dedica a mostrar que a menstruação não está associada à natureza, pelo contrário – é um fenómeno resultante do controle do processo de reprodução, e derivado portanto da cultura ou da civilização.

Pensando principalmente no potencial mercado para os contraceptivos que suprimem a menstruação (no desenvolvimento dos quais esteve directamente envolvido) Elsimar Coutinho desenvolve sua tese sobre a inutilidade da menstruação. Seu argumento principal sustenta-se na afirmação de que a menstruação não é um fenómeno natural, e sim social, produto da civilização. Antes da organização social, as fêmeas viveriam sob a constante influência da *acção reprodutora dos machos*, o que as impedia de ter ciclos férteis não fecundados e, portanto, de menstruar (Coutinho, 1996).

Segundo Coutinho, a menstruação seria incompatível ao *estado de natureza*: (...) *franzina, desconfiada, furtiva*, [a fêmea menstruada] *denunciaria sua presença pelo sangramento que corria entre suas pernas continuamente por vários dias. O cheiro de sangue atrairia seus predadores. Insectos, lagartos, serpentes, outros primatas, os grandes carnívoros. Procuraria se esconder, mas a trilha de sangue a denunciaria* (Coutinho, 1996:25). Dois adventos culturais, a invenção de métodos contraceptivos, que evitam a ocorrência de gravidezes sucessivas, e de artefactos para ocultar o sangue menstrual, teriam permitido que a mulher passasse a menstruar mensalmente, argumenta Coutinho.

Como o próprio autor reconhece em seu livro, seu argumento está pautado por uma noção de *evolução*, que o permite fazer uma analogia entre as fêmeas humanas e primatas. E a distinção entre seres humanos e primatas, aos quais Coutinho se refere, estaria na passagem de um estágio de *natureza* para a *cultura* ou *civilização*: *para um evolucionista darwiniano, nada mais lógico (...) do que buscar no comportamento sexual e reprodutivo dos macacos o modelo do comportamento sexual dos antepassados do homem e da mulher modernos, já que no passado viviam (certamente como ainda vivem os primos peludos do homem) completamente sem a influência da cultura e dos costumes da civilização* (Coutinho 1996:27).

Coutinho defende que a menstruação só ocorre quando as fêmeas primatas estão em cativeiro, onde ficam isoladas dos machos: *vivendo em liberdade (...) torna-se difícil encontrar uma fêmea de qualquer uma das espécies de macaco menstruando, porque quando não estão grávidas estão amamentando e tanto numa condição como na outra não menstruam* (Coutinho 1996:29).⁸

⁷ Este livro foi publicado posteriormente em co-autoria com o médico norte-americano Sheldon Segal, pela Oxford University Press: COUTINHO, Elsimar with SEGAL, Sheldon – *Is menstruation obsolete?* New York and Oxford: Oxford University Press, 1999.

⁸ Ênfase no original. Durante uma apresentação no VII Congresso Paulista de Obstetrícia e Ginecologia, realizado em São Paulo (SP) no ano de 2002, Elsimar Coutinho refere-se a trabalhos antropológicos que provariam essa inexistência da menstruação em mulheres de determinados grupos indígenas. Com a mesma intenção, Malcolm Gladwell cita o trabalho de Beverly Strassmann entre os Dogon, na África, no qual ela

No *alvorecer da civilização* surgiria, segundo ele, a *oficialização do casamento: para atender aos interesses da sociedade, a liberdade sexual praticada na vida selvagem já não era permitida. O acasalamento obedecia a regras preestabelecidas*. O casamento ocorria muito cedo e a mulher, então, entrava num ciclo de gravidez e amamentação que a fazia menstruar poucas vezes ao longo da vida (Coutinho 1996:32-33). As menstruações repetidas, ausentes para a maioria das mulheres em vários períodos da história da humanidade, só teriam passado a acontecer com mais frequência com o surgimento de técnicas mais eficientes de controle do processo reprodutivo, e de uma configuração social que permite às mulheres a opção por não ter filhos.

Elsimar Coutinho descreve algumas concepções da medicina sobre a menstruação e sobre a sangria terapêutica. Para tanto, conta que na Grécia Antiga, Hipócrates, considerado o Pai da Medicina teria atribuído à menstruação um carácter benéfico após observar o alívio que a chegada do sangramento provocava nas mulheres, o que o teria feito defender, a partir de então, que o *sangramento* (menstrual ou da sangria) livrava o corpo do mal-estar. Galeno, que viveu durante o Império Romano, teria garantido as bases para que a sangria se mantivesse por quase dois mil anos sendo o principal instrumento utilizado pelos médicos para tratar as doenças. Esses dois médicos teriam sido, segundo o autor, fundamentais para a formação e sustentação da *conotação positiva* da menstruação entre os médicos e no senso comum.

Após explicar o que vem a ser a menstruação de um ponto de vista médico, Coutinho dedica-se a apontar algumas doenças que, segundo ele, decorreriam da menstruação: síndrome pré-menstrual, dismenorreia (cólica menstrual), enxaqueca, endometriose, miomas, entre outras. Há um capítulo dedicado exclusivamente à anemia, *uma das importantes consequências das menstruações repetidas* (Coutinho 1996:129). Assim, procura defender que não somente a menstruação não faz parte dos planos da natureza para a mulher, como também acaba por causar uma série de doenças indesejáveis caso seja vivenciada mensalmente pelas mulheres em período fértil.

Tendo argumentado pelo carácter cultural dos sangramentos mensais, sua inutilidade e mesmo insalubridade, Elsimar Coutinho apresenta vários modos de *evitar a menstruação*, dentre os quais, alguns dos contraceptivos hormonais que desenvolveu e pesquisou em Salvador.⁹ Evidencia, assim, a necessidade de uma intervenção médico-farmacológica para a reprodução do estado *natural* de ausência da menstruação, argumento que tanto defende.

Embora, por um lado, Coutinho baseie sua argumentação na defesa de que a menstruação é resultante da vida em sociedade (e não da natureza feminina), por outro o autor precisa lidar com o fato de que, sem essa interferência humana no corpo feminino - entendida como artificial - a supressão da menstruação nas mulheres ocidentais contemporâneas não é possível. Uma das soluções apresentadas por ele para escapar dessa ambiguidade é encontrar formas de interferir que sejam classificadas como naturais (gravidez, lactação, exercícios físicos). A outra, que aponto a seguir, é demonstrar que alguns fatos indesejáveis provocados pela natureza podem (e devem) ser, na medida do possível, controlados pelo ser humano.

Em se tratando, portanto, de reconhecer a artificialidade atribuída por alguns às intervenções contraceptivas que suprimem a menstruação, Elsimar Coutinho procura adicionar a esse reconhecimento uma qualificação da intervenção médico-farmacológica como algo positivo ou benéfico para a saúde, o que justificaria o desenvolvimento dos contraceptivos.

teria comprovado que as suas mulheres férteis (que não usavam técnicas contraceptivas) menstruavam muito pouco. (Gladwell 2000).

⁹ De acordo com o livro, histerectomia, ressecção do endométrio, ooforectomia, anticoncepcionais, pílula vaginal, anticoncepcionais injectáveis, gestrinona e danazol, análogos dos hormônios liberadores de gonadotrofinas, implantes e sulpiride.

Sendo a doença um processo também entendido como natural, porém qualificado como indesejável ou negativo, ao associar a menstruação às doenças que pode provocar, reconhece-se o seu carácter (socialmente compartilhado) de natural, mas acciona-se, ao mesmo tempo, um bom argumento para justificar sua supressão. A tendência de enfatizar os benefícios em detrimento dos riscos dos medicamentos quando se trata de curar doenças é bem maior e seus efeitos, menos questionados, tendo em vista o valor negativo atribuído à doença.

E se insistirmos na ambiguidade da menstruação, que permanece mal resolvida entre *natureza* e *cultura*, tendendo por um momento a aceitar sua desvinculação do domínio natural (como quer Coutinho), vemos que, curiosamente, a proposta da supressão da menstruação reforça uma valorização positiva da natureza. Afinal, como já haviam pretendido os fundadores da primeira pílula, trata-se novamente de mimetizá-la. A diferença é que, segundo a tese defendida por Elsimar Coutinho, a menstruação não seria um símbolo dessa natureza, e sim a sua ausência. Os longos períodos sem sangramentos experimentados pelas fêmeas na natureza (através das gravidezes e lactações sucessivas) poderiam, assim, ser reproduzidos. Bastaria, para tanto, fazer uso desses *novos* contraceptivos hormonais.

Um dos contrapontos ao pensamento de Elsimar Coutinho sobre a menstruação fundamenta-se na manutenção de uma associação entre menstruação e natureza. O livro publicado pelo médico Eliezer Berenstein, *A inteligência hormonal da mulher* (2001), é um manifesto em defesa do carácter natural (e inteligente) dos ciclos menstruais. O médico e autor busca, com o livro, fornecer uma resposta à questão da contracepção hormonal e da inutilidade do sangramento menstrual, defendida por Coutinho. Berenstein propõe-se a *abrir a discussão e esclarecer se esse fenómeno [a menstruação] é uma sangria inútil ou uma grande manifestação da inteligência feminina e parte intrínseca do seu equilíbrio* (Berenstein 2001:16).

Assim como Elsimar Coutinho, que recorre aos primatas e a uma história *sócio-biológica* da humanidade para demonstrar que a menstruação é um fato social, Eliezer Berenstein se baseia na história de *Lucy*, nome dado por arqueólogos americanos à ossada de um ancestral do *Homo sapiens*, o *Australopithecus afarensis*, encontrada na Etiópia em 1974. Para entender a localização de *Lucy* na história do universo, o autor remonta ao surgimento do universo, com o big-bang, após o qual moléculas foram se formando. Neste planeta, a partir de bactérias formaram-se organismos que, em um dado momento, (...) *passam a se dividir em duas formas, assumindo os géneros feminino e masculino. Aqui surge a primeira pista da importância dos hormônios, já que desde os primórdios essa divisão aparece nas plantas e, depois, em outros seres vivos. (...) Assim, a reprodução sexuada, com a participação do macho e da fêmea no reino animal e vegetal, é motivada pelos hormônios, cuja meta é nada mais, nada menos do que a manutenção da vida* (Berenstein 2001:48).

O que determinava o comportamento sexual de *Lucy*, causando um atracão que a aproximava dos machos de sua espécie, era única e exclusivamente um imperativo hormonal, regido pelos ferormônios que *Lucy* exalava. Somente quando os genitais migraram da parte baixa das costas para o meio das pernas, na espécie *Homo habilis*, é que passou a acontecer, segundo o autor, a relação sexual *olho no olho*, que permitiu a criação de vínculo entre o macho, a fêmea e a prole. Nasceria, então, a família nuclear e, com ela, os embriões de sentimento que levariam ao aparecimento da inteligência emocional (Berenstein 2001:49-54). A menstruação surge entre os *Neandertais*, para Berenstein, como uma defesa da fêmea às tentativas de cópula dos machos. Com o surgimento do *Homo sapiens*, ela passa a fazer parte dos ciclos férteis ou menstruais.

É interessante notar como seus argumentos encadeiam-se em um discurso mítico, em que o autor efectua, a partir de alguns dados sobre a pré-história, uma narrativa sobre o que teria acontecido com as fêmeas nos primórdios da humanidade para explicar o surgimento de um fenómeno (a menstruação).

Com o surgimento de religiões como a judaica, a menstruação teria passado a ser pensada como um castigo divino que continha em si poderes malignos. Para Berenstein, as mulheres menstruavam muito pouco nessa época em função dos casamentos precoces que as mantinham constantemente grávidas e amamentando. No entanto, fatos como a Inquisição (em que só se queimavam as mulheres se estivessem menstruando – prova de que não estavam grávidas) e a crença na *histeria* feminina representaram o que o autor chama de *cruzada antimenstrual*, da qual esses medicamentos para a supressão da menstruação seriam apenas uma reedição.¹⁰

Nesta passagem o autor mantém a associação entre *menstruação* e *natureza*. Junto com a ideia de *natural*, a menstruação é ainda pensada como símbolo da ciclicidade que dá às mulheres sua especificidade em relação aos homens, diferenciando-os em comportamento, emoções, e até na forma de pensar. Interferir na menstruação é, para Berenstein, uma indesejável busca de dominar, através da *razão* (*cultura*), a *natureza*. O autor defende que, pelo contrário, deve-se mais é aproveitar os ganhos que a inteligência hormonal feminina pode trazer para a humanidade.

A contracepção e sua consequência mais radical, a supressão da menstruação, seriam, para Berenstein, formas de adaptar a mulher aos interesses económicos masculinos de produção de capital. Nesse mundo, não caberia uma mulher tendo um filho atrás do outro, com variações constantes de humor, cólicas menstruais que a impossibilitam para o trabalho uma vez ao mês e assim por diante. Segundo ele, *estamos querendo fazer uma simiesca sempre sexualmente disponível, ou uma simiesca que não tenha ciclicidade para ser uma boa funcionária, uma boa operária (...) por trás de tudo isso existem forças inconscientes mais diversas, tem os interesses religiosos, económicos para que se tire essa função menstrual.*¹¹

Para a incompatibilidade da menstruação e da maternidade com a esfera do trabalho é dada, segundo ele, uma solução masculina ou *machista*: suprimem-se os sangramentos, controla-se a fertilidade feminina e sua sexualidade. Assim, a indesejável ciclicidade, paradigma da feminilidade, deixa de incomodar.

É possível perceber, ao longo do seu livro, que a feminilidade e os ciclos menstruais são associados à natureza em oposição aos contraceptivos hormonais que provocam a suspensão desses sangramentos, pensados como uma forma artificial, masculina e racional de resolver o *problema* da fertilidade feminina.

Os textos aqui apresentados indicam, portanto, que os conceitos de *natureza* e *cultura* são accionados para entender a questão da intervenção contraceptiva, e, também, que são pensados em uma relação específica, que implica a dominação de um (*cultura*) sobre o outro (*natureza*). A relação entre *natureza* e *cultura* da forma como é pensada pelos modelos ocidentais implica, segundo Marilyn Strathern (1980), um processo (a natureza pode se transformar em cultura, por exemplo) que envolve tensão e a atribuição de hierarquias entre esses conceitos. A ideia de que a cultura é superior à natureza, e de que pode - por conta disso -

¹⁰ Segundo o autor: (...) *ainda hoje, em pleno século XXI, é possível observar novas manifestações da 'cruzada antimenstrual', que utiliza agora uma nova linguagem científica. Infelizmente, em nosso país, esta chama vem se expandindo com o apoio até dos órgãos de imprensa. A mídia vem sendo bombardeada com argumentos sobre a inutilidade da menstruação, com a mesma voracidade que os religiosos fanáticos tiveram ao atribuir-lhe os poderes maléficis (...) Medicamentos (hormonais ou não) atingindo o objectivo de não menstruar são comemoradas com entusiasmo. Enfim, busca-se o domínio da razão sobre a natureza. É preciso dobrar a natureza aos pés dos homens para mostrar que somos superiores aos deuses que nós mesmos criamos. Por trás desta guerra, nada mais há do que uma cruzada tão antiga e preconceituosa como as outras* (Berenstein 2001:62-63).

¹¹ Entrevista realizada durante o 49º Congresso Brasileiro de Ginecologia e Obstetrícia, no ano de 2001 em São Paulo.

domá-la, é um exemplo de como esses conceitos estão envoltos em uma relação que não se limita à produção de diferença, mas que constrói, de acordo com uma determinada intenção ideológica, uma oposição hierárquica.

As relações entre os conceitos de *natureza* e *cultura* no pensamento ocidental estariam, portanto, envolvidas em um processo que objectiva a atribuição de hierarquias de valor aos conceitos e às oposições constituídas a partir de elementos associados a eles. O investimento na defesa da supressão da menstruação e as (re) significações e novas classificações dos sangramentos menstruais como causadores de doenças, tal como defende Elsimar Coutinho, seriam respostas, accionadas pelos sujeitos que participam do debate, para associações que colocam a menstruação sob o domínio da natureza e valorizam mais esta do que as intervenções humanas que acabam por modificá-la.

Nos exemplos aqui apresentados, os conceitos de *natureza* e *cultura* são accionados para falar da acção humana sobre o mundo e sobre os próprios seres humanos (no caso, mulheres); as hierarquias de valor em disputa buscam qualificar essa intervenção ora como desejável, ora como indesejável. Por conta desta disputa pela valorização ou desvalorização podemos entender a questão da supressão da menstruação como uma rerepresentação dos conceitos de *natureza* e *cultura*, levada a cabo principalmente pelos ginecologistas e laboratórios farmacêuticos que, através dos contraceptivos hormonais que produzem e/ou indicam às pacientes, transformam todo o contexto social em que interagem os sujeitos envolvidos na questão da contracepção. Essa rerepresentação está, portanto, intrinsecamente relacionada à possibilidade de intervenção tecnológica nos processos do corpo, resultante da constituição dos campos da ginecologia, endocrinologia sexual e da indústria farmacêutica que produz os contraceptivos.

É preciso, portanto, perceber os diferentes sentidos de *natureza* e *cultura* que são accionados pelos sujeitos em questão, de acordo com posicionamentos ideológicos distintos – pautados por contextos sociais, económicos e políticos bastante específicos (em um caso, interações com o campo da indústria farmacêutica, no outro com o feminismo). Isso nos permite, ao mesmo tempo, lançar um olhar sobre os embates que se colocam para as sociedades contemporâneas, relacionados aos conhecimentos e intervenções tecnológicas possíveis; e um questionamento sobre o nosso próprio conceito de *humano*, até então pautado pela dicotomia *natureza x cultura*.

Bibliografia

- BERENSTEIN, Eliezer – *A inteligência hormonal da mulher*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- BLOCH Maurice e BLOCH Jean – Women and the dialectics of nature in eighteenth-century French thought. in: MacCORMACK, Carol and STRATHERN, Marylin (eds.) – *Nature, Culture and Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- COUTINHO, Elsimar – *Menstruação, a sangria inútil*. São Paulo, Editora Gente, 1996 (6ª edição).
- DE COPPET, Daniel – Comparison, a universal for anthropology. From 're-presentation' to the comparison of hierarchies of values in: KUPER, Adam (ed.) – *Conceptualizing Society*. London and New York: Routledge, 1992.
- GLADWELL, Malcolm – *John Rock's error: what the co-inventor of the pill didn't know about menstruation can endanger women's health*. 2000
http://www.gladwell.com/2000/2000_03_10_a_rock.htm
- JORDANOVA, L.J. – Natural facts: a historical perspective on science and sexuality. in: MacCORMACK, Carol and STRATHERN, Marylin (eds.) – *Nature, Culture and Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

MANICA, Daniela Tonelli – *Supressão da Menstruação: Ginecologistas e Laboratórios Farmacêuticos Re-apresentando Natureza e Cultura*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH, Unicamp, 2003.

MacCORMACK, Carol and STRATHERN, Marylin (eds.) – *Nature, Culture and Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

OUDSHOORN, Nelly – On the making of sex hormones: research materials and the production of knowledge. in: *Social Studies of Science Vol. 20*. SAGE: London, Newbury Park and New Delhi, 1990.

OUDSHOORN, Nelly – *Beyond the natural body: an archeology of sex hormones*. London and New York: Routledge, 1999.

ROHDEN, Fabíola – *Uma ciência da diferença: sexo e género na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

STRATHERN, Marilyn – No nature, no culture: the Hagen Case. in: MacCORMACK, Carol and STRATHERN, Marilyn (eds.) – *Nature, Culture and Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.